



Plenário aprova voto aberto para perda de mandato e vetos

Em sessão marcada por longo debate sobre a aplicação do Regimento Interno, senadores retiram da Constituição regra que determina voto secreto para os dois casos e mantêm para a indicação de autoridades

O Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição 43/2013 — a PEC do Voto Aberto, em segundo turno, por 58 votos a 4. As análises de cassação de mandato e veto presidencial deixam de ser secretas. Esses trechos, segundo o

presidente da Casa, Renan Calheiros, devem seguir à promulgação. Foi rejeitado o voto aberto para escolha de autoridades e a extensão da regra a todas as instâncias do Legislativo. Os itens retornam à Câmara para novo exame. As alterações motivaram intenso debate. **3**



Moreira Maniz/Agência Senado

Senadores aprovam PEC do Voto Aberto e alteram texto da Câmara com duas sugestões feitas por Romero Jucá (E)

Rio de Janeiro poderá contratar empréstimo de US\$ 500 milhões 4

Aumento do efetivo do Exército é aprovado 7

Aéreas e IBGE divergem sobre aumento das passagens 5

Acatadas três indicações para embaixador 8



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros (4º à dir.), Vital do Rêgo (ao lado de Renan) e Cyro Miranda (D) recebem representantes estudantis

Meia-entrada será votada na terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que o projeto que regula a venda de meia-entrada para eventos culturais e esportivos a estudantes,

jovens carentes, maiores de 60 anos e pessoas com deficiência será o primeiro item da pauta de votação do Plenário da Casa na próxima terça-feira. **6**

Comissão da Verdade quer fortalecer a democracia 7

Alterações ao Plano Plurianual 2012–2015 serão analisadas hoje 4

Ouvidorias públicas discutem atuação 2



16 Dias de Ativismo

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Violência não tem rosto, idade, cor...
mas muitas vezes tem gênero.

Saiba mais em
www.senado.leg.br/procuradoria

Conferência debate papel das ouvidorias públicas

Representantes de 12 estados participaram de discussão promovida pelo Senado sobre como devem agir diante da crescente demanda popular por participação, expressa nas manifestações de junho

LIGADOS PELO SISTEMA de videoconferência, representantes de 12 estados participaram ontem de debate organizado pela Ouvidoria do Senado sobre o papel das ouvidorias em relação às reivindicações da população por maior participação.

Coordenadora do evento, a ouvidora do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que as respostas às manifestações que vêm ocorrendo no Brasil “têm que ser dadas sem burocracia, buscando uma nova forma desses canais interagirem com a sociedade”.

Os senadores presentes ressaltaram a importância de incentivar a participação da sociedade. A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), falou das convergências entre o papel do colegiado e o da ouvidoria. Pedro Taques (PDT-MT) disse que instrumentos como a ouvidoria são importantes porque permitem ampliar o processo democrático.

“Democracia não se esgota no direito de votar e ser votado”, disse Taques. “A ouvidoria pode funcionar como válvula de escape”, acrescentou Ana Amélia (PP-RS).

Roberto Requião (PMDB-PR) deu exemplos de como ampliar o direito do cidadão no processo legislativo. O senador criou a primeira ouvidoria do Brasil, quando prefeito de Curitiba, e depois levou a experiência para o governo do Paraná.

O Senado tem criado instrumentos para dialogar com a sociedade, informou a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra. Ela citou o Portal e-Cidadania, que permite a apresentação de um projeto de lei com 20 mil apoios ou a sugestão de temas para audiência pública, com 10 mil.

O secretário da Transparência do Senado, Carlos Mathias de Souza, acrescentou outra ferramenta, o Alô Senado, que existe há 16 anos, tem 400 mil pessoas cadastradas

e já respondeu a mais de 1,1 milhão de consultas.

Executivo

O ouvidor-geral da União, José Eduardo Romão, assinalou que as cerca de 3 mil ouvidorias públicas do país precisam deixar de ser apenas uma “escuta qualificada” para ter um papel pró-ativo e de diálogo. Só o Executivo dispõe de 280, que responderam a 3 milhões de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, elogios ou sugestões). De acordo com Romão, o número ainda é pequeno e daí a necessidade de uma atuação que chegue “à população que não reclama”.

O salto qualitativo, na opinião do ouvidor-geral, virá com um sistema federativo de ouvidorias, que trabalhe com o sistema de proteção de direitos. Com isso, acredita ele, será possível dar tratamento coletivo às demandas, chegar a locais ainda pouco acessíveis e organizar o trabalho.



Ano Valpe/Senado Federal

Foram entregues ontem os certificados da Coleção de Teses, Dissertações e Monografias do Senado Federal aos servidores que tiveram trabalhos acadêmicos selecionados para compor a obra. O primeiro-secretário, Flexa Ribeiro, afirmou que os senadores têm o auxílio de profissionais competentes, que buscam sempre novas reflexões, além de diferentes práticas para aperfeiçoar os trabalhos em favor da população. O diretor-geral da Casa, Helder Rebouças, reconheceu os esforços dos setores da Casa envolvidos no projeto e ressaltou que a publicação é compatível com a modernização das instituições.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Acordos internacionais**
14h Na pauta, PEC que torna privativa do Senado a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.
- PRESIDÊNCIA Seminário**
9h Renan Calheiros participa do seminário O Estado e a Federação: crise e reformas; às 10h, da sessão solene de entrega da medalha Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara; às 15h, do lançamento do Portal Dados Federativos; e às 16h, preside a ordem do dia.
- CI Usinas nucleares**
7h30 Audiência debate projeto que suspende a construção de usinas termonucleares. Em seguida, examina a indicação de Igor Vilas Boas de Freitas para o Conselho Diretor da Anatel.
- CAE Seminário**
9h A comissão promove o seminário O Estado e a Federação: crise e reformas. Entre os convidados para a abertura, o ministro do STF Gilmar Mendes.
- CDR Emendas ao PLOA**
9h Reunião para discussão e votação das emendas da comissão ao PLOA 2014, a serem apresentadas na CMO. Em seguida, audiência para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão), na Paraíba.
- CAS Comissão para comerciantes**
9h Análise de projeto que obriga o pagamento de comissão de pelo menos 4% sobre vendas efetivadas pelo empregado no comércio. Às 10h, votação de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

- CMA Votação de emendas**
9h30 A comissão analisa projeto que altera a estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em seguida, discute e vota emendas ao PLOA 2014.
- CE Plano Nacional de Educação**
9h30 Votação das emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014. Às 14h30, o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE).
- CCJ Número de deputados**
10h Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, projeto que regulamenta mudanças no número de deputados federais, entre outros.
- REGULAMENTAÇÃO Terrorismo**
13h Comissão que analisa a regulamentação de dispositivos da Constituição analisa relatório parcial sobre terrorismo e greve no serviço público.
- CCT TV por assinatura**
14h Em análise pela Comissão de Ciência e Tecnologia, sanções à interceptação ou à recepção não autorizada dos sinais de TV por assinatura, entre outros itens.
- CRA Propostas à LOA**
14h30 Discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014.
- SEGURANÇA Estrutura da polícia**
14h30 Comissão temporária que estuda o financiamento da segurança pública ouve, entre outros, o comandante-geral da Polícia Militar do DF, Jooziel Freire.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 9h, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



José Romão, Ana Rita, Lúcia Vânia, Pedro Taques, Roberto Requião e Claudia Lyra participam da videoconferência

Fisioterapia e trabalho: primeira audiência pedida por internautas

A inclusão da fisioterapia entre os serviços de segurança do trabalho é o tema da primeira audiência pública do Senado solicitada por meio do Portal e-Cidadania, e será realizada amanhã, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Participam da audiência, marcada para as 10h30, o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Roberto Mattar Cepeda; o presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia do Trabalho, Arquimedes Augusto Penha; e o diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Rinaldo Marinho. Também foram convidados representantes da Federação Brasileira de Bancos e da Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer pessoa pode solicitar a realização de uma audiência pública em comissões permanentes do Senado, usando a opção “Proponha um debate nas comissões”, do Portal e-Cidadania. As propostas que atingem o mínimo de 10 mil apoios em até três meses são encaminhadas ao presidente do Senado, que as envia à comissão pertinente.

Os cidadãos poderão participar da audiência dos fisioterapeutas ao vivo.

- PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h30**
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CAS28NOV>
 - ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
 - ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
 - ▶ **Twitter:** @e_cidadania
 - ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
 - ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Quadro clínico de João Ribeiro é estável, informa hospital



Morieira Moniz/Agência Senado

João Ribeiro (PR-TO) está internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, desde o último dia 16 de novembro, em razão de complicações pulmonares decorrentes de um transplante de medula óssea, conforme boletim médico divulgado ontem.

O comunicado esclarece ainda que João Ribeiro encontra-se em um apartamento do hospital, respira sem a ajuda de aparelhos e o quadro geral é estável, sem previsão de alta.

O senador está sendo atendido pelas equipes dos médicos Roberto Kalil Filho e Yana Novis.

Em sessão tumultuada, Plenário aprovou ontem texto-base da PEC 43/2013 e determinou o fim do sigilo nas votações de cassação de mandato e apreciação de vetos presidenciais

Cassações de mandatos e vetos terão voto aberto

O SENADO FEDERAL aprovou ontem, com mudanças, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, a chamada PEC do Voto Aberto. O texto-base teve 58 votos a favor e 4 contra. Assim, segundo a decisão do Plenário, as votações nos processos de cassação de parlamentares e no exame dos vetos presidenciais devem ser abertas. De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, essa parcela da PEC, que teve origem na Câmara dos Deputados, pode seguir para promulgação, a depender do entendimento da Mesa daquela Casa.

Por outro lado, os senadores decidiram que as deliberações para a escolha de autoridades — que é uma função exclusiva do Senado Federal — continuarão reservadas. Também foi derrubada a parte do texto que vedava todas as votações secretas em todo o Legislativo brasileiro. Essas duas frações podem seguir para novo exame na Câmara.

Esse fatiamento na votação aconteceu porque os senadores acataram dois pedidos de



Rodrigo Rollemberg (ao microfone) tentou evitar a votação de destaques à PEC, mas eles foram considerados regimentais

destaque apresentados pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). A votação foi tumultuada, em um Plenário dividido.

Senadores como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Walter Pinheiro (PT-BA) defenderam que todas as votações no Poder Legislativo no Brasil deveriam ser públicas e tentaram impedir o fatiamento da proposta.

— De nada adianta o Senado cumprir o seu papel na Lei de Acesso à Informação se o eleitor não puder saber como

o presidente da Casa vota nas matérias no Plenário — disse Pinheiro.

Já Rollemberg afirmou que a população tem o direito de saber como votam seus parlamentares.

— O Senado não pode ser uma instituição que se esconde atrás do voto secreto. A população quer participar — disse Rollemberg, com o apoio de senadores como Paulo Paim (PT-RS), Mário Couto (PSDB-PA) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), por sua vez, argumentou que algumas votações devem permanecer secretas para preservar a instituição do Senado. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), concordou que algumas modalidades de votação devem continuar secretas, como a indicação de autoridades.

Regimento

Antes de efetivamente começar a votação da PEC, os

senadores passaram mais de duas horas debatendo se havia amparo no Regimento do Senado para a apresentação de destaques em segundo turno de votação de uma proposta de emenda à Constituição. O questionamento foi apresentado pelo senador Rodrigo Rollemberg.

Renan Calheiros, no entanto, foi contrário ao pedido do senador do PSB. De acordo com o presidente do Senado, a apreciação dos requerimentos “é normal, regimental e constitucional, pois o requerimento de destaque é procedimento de votação e não de emenda”.

Como ficou, a PEC, por fim, estabelece voto aberto para cassação de mandato parlamentar e análise de vetos.

Ao fim da votação, o senador Pedro Taques (PDT-MT) ainda manifestou o entendimento de que o texto aprovado ontem pelos senadores garante também votação aberta para a escolha de integrantes das Mesas em todo o Poder Legislativo.

PEC do Voto Aberto ganhou força após manifestações de rua

A proposta de emenda à Constituição que determina o voto aberto em todas as decisões do Legislativo (PEC 43/2013) veio da Câmara como uma “resposta às manifestações das ruas”. Ganhou força no Congresso após a sessão em que a Câmara manteve o mandato do deputado Natan Donadon (sem partido-RO), condenado pelo Supremo Tribunal Federal a 13 anos de prisão. No entendimento de muitos parlamentares, o voto aberto evitaria o resultado.

Ao longo do período em que passou no Senado, a matéria despertou divergências, principalmente no que se refere ao voto aberto na apreciação dos vetos presidenciais e na indicação de autoridades como o procurador-geral da República e ministros do STF. A primeira análise da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 18 de setembro, suscitou uma batalha de opiniões entre os senadores.

O relator da proposta, Sérgio Souza (PMDB-PR), chegou a

reformular o relatório original sobre a matéria e determinar o voto aberto apenas nos casos de cassação de mandato de parlamentares. Mas, em decorrência das manifestações de vários senadores, voltou atrás e manteve o voto aberto em todos os casos.

Em 2 de outubro, a proposta teve o quinto turno de discussão no Plenário e já estava pronta para ser votada em primeiro turno, mas retornou à CCJ por causa da apresentação de emendas de Plenário. Em

sua segunda manifestação sobre o tema, em 23 de outubro, a comissão aprovou o relatório de Sérgio Souza pelo voto aberto geral e irrestrito.

De autoria do ex-deputado Luiz Antonio Fleury, a PEC 43 chegou a ser discutida no Plenário por várias vezes, mas devido à resistência de alguns senadores, só foi possível um entendimento para apreciação da proposta na última quarta-feira, quando foi aprovada em primeiro turno. A votação foi marcada por muita polêmica.

Depois de mais de seis horas de debate, PT, PSB, PDT, PSOL e Bloco da Minoria se declararam em obstrução, quando a votação já ia ao segundo turno. O temor desses partidos era que não houvesse quórum para a aprovação da PEC — um mínimo de 49 votos, conforme a Constituição. O presidente do Senado, Renan Calheiros, então, encerrou a sessão e anunciou o segundo turno para ontem, quando finalmente a PEC do Voto Aberto foi aprovada, com modificações.

Paulo Bauer critica visita de Dilma a Santa Catarina

Paulo Bauer (PSDB-SC) classificou de eleitoral a visita da presidente da República, Dilma Rousseff, a Santa Catarina, marcada para hoje. Ele afirmou que nenhum dos compromissos da agenda de Dilma são relevantes ou mesmo beneficiarão de fato o estado. Na avaliação dele, o verdadeiro objetivo da presidente é o de sacramentar a aliança eleitoral com o governador, Raimundo Colombo.

— É o ato final da maior metamorfose política de que se tem notícia na história recente de Santa Catarina — disse Bauer, lembrando que Colombo foi eleito pelo DEM, na oposição, e agora integra o PSD e apoia o governo de Dilma.

O senador disse também que a presidente tem “pouco para mostrar e muito para esconder” em Santa Catarina. Como exemplo, citou a assinatura para autorização de obras que já foram autorizadas, mas não saíram do papel.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Casildo destaca ida ao estado da presidente da República

Casildo Maldaner (PMDB-SC) espera que a presidente Dilma Rousseff, na viagem de hoje a Santa Catarina, conheça melhor as necessidades catarinenses e dê ao estado a atenção e os investimentos de que necessita.

Segundo ele, Dilma participará de inaugurações, do lançamento de obras e assinará contratos. Um dos eventos é a cerimônia de conclusão das obras de ampliação do berço do Porto de São Francisco do Sul, um dos mais importantes de Santa Catarina. Outro é a assinatura, em Florianópolis, de um contrato para dragagem do Porto de Imbituba, no sul do estado.

— Os dois atos denotam a importância dada pelo governo federal à infraestrutura, inegavelmente um dos grandes gargalos de crescimento para Santa Catarina — explicou.

Casildo contou que Dilma Rousseff também vai assinar ordem para ampliação de duas barragens: Taió e Ituporanga.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jucá acredita em acordo sobre greve de servidores

Representantes dos servidores públicos conseguiram um novo prazo para negociar a regulamentação do direito de greve do funcionalismo. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), admitiu mudar pontos da proposta, que deve ser votada, em 10 de dezembro, na comissão mista de que trata da regulamentação de dispositivos constitucionais e da consolidação da legislação.

Os sindicalistas pediram a retirada de pelo menos quatro pontos do projeto: a exigência do efetivo de 50%, 60% e 80% atuando durante a paralisação, a definição de 22 categorias como serviços essenciais, o prazo de 15 dias de antecedência para a deflagração da greve e a substituição de grevistas após decisão judicial, que, na avaliação deles, na prática invalidam o direito dos servidores públicos. Jucá procura fechar um acordo para assegurar aprovação do texto.

— Estamos discutindo as propostas com as centrais sindicais. É importante continuar esse processo de busca de entendimento. Marcamos outra reunião para o dia 10 de dezembro. Espero que até lá tenhamos um texto a ser aprovado — disse.

Alterações no PPA devem ser votadas hoje

Colegiado pretende apreciar projeto que altera dezenas de itens do Plano Plurianual, no que será a primeira grande mudança desde que o documento foi reformulado

A REUNIÃO DE ontem da Comissão Mista de Orçamento foi suspensa e deve ser retomada às 14h de hoje para votação de duas propostas. O adiamento ocorreu por causa de reuniões paralelas entre o relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 9/2013 — PLOA) para 2014, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), os líderes dos partidos na comissão e os relatores setoriais para tentar fechar um acordo sobre o cronograma para votação do texto.

A principal dificuldade é convencer os relatores setoriais a apresentarem os pareceres no prazo. De acordo com o cronograma fechado na quinta-feira, a comissão terá que votar os relatórios setoriais até 11 de dezembro. Isso dá um prazo de pouco menos

de duas semanas para análise das emendas individuais, de comissões e de bancadas, que devem ser apresentadas até amanhã.

PPA

A primeira proposta em pauta (PLN 13/2013) altera o Plano Plurianual 2012-2015 (PPA — Lei 12.593/2012) em diversos itens. Essa é a primeira grande alteração do plano desde que foi adotada a nova sistematização (antes dividido em programas e ações, mesma lógica das outras duas leis orçamentárias, a LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o plano plurianual atual está estruturado em programas temáticos e de gestão, objetivos, iniciativas e metas).

O projeto altera 34 dos 64 programas temáticos



Relator-geral, deputado Miguel Corrêa busca acordo com líderes partidários

estabelecidos no texto que norteia as ações governamentais por quatro anos. Foram excluídos 26 objetivos, incluídos 5 e alterados 32. Com relação às iniciativas, 47 foram excluídas, 28 incluídas

e 30 alteradas. Já para as metas, houve 102 alterações, 64 inclusões e 83 exclusões.

Bolívia

A segunda matéria na pauta é a Medida Provisória (MP)

625/2013, que autoriza a liberação de R\$ 60 milhões do Orçamento para atender ao Ministério de Minas e Energia.

O recurso será usado para contratar, sem licitação, uma empresa estatal para recuperar e transportar equipamentos de geração de energia elétrica que estão em desuso. Os equipamentos serão cedidos à Bolívia como parte de um programa de cooperação energética entre os dois países.

Segundo o Executivo, o governo da Bolívia solicitou ajuda ao Brasil para enfrentar o déficit energético do país, que enfrenta racionamento de eletricidade. Os equipamentos serão retirados da Usina Termelétrica Rio Madeira, localizada em Rondônia.

(Da Agência Câmara)



Segundo Raupp, empréstimo ajuda no equilíbrio fiscal do estado

Rio de Janeiro poderá receber US\$ 500 milhões

O Plenário do Senado aprovou autorização para que o estado do Rio de Janeiro faça um empréstimo de até US\$ 500 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro será investido no

Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos (Promit).

No relatório favorável à autorização do empréstimo, Valdir Raupp (PMDB-RO) informa que o empréstimo, além de ajudar as políticas

de transporte urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também vai “contribuir para a consolidação do equilíbrio fiscal, aprimorando os instrumentos de gestão orientados para resultados que visem a ampliar a

capacidade de governança do estado e estabelecer um ambiente macroeconômico estável e favorável aos investimentos”.

A proposta tramitou em regime de urgência a pedido de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Comissão de Direitos Humanos aprova R\$ 3,37 bi em emendas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem as respectivas emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014. Somadas, as emendas ultrapassam R\$ 5,1 bilhões.

A CDH aprovou emenda no valor de R\$ 3,37 bilhões destinada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para construção, reforma e ampliação de unidades de atendimento especializado para crianças e adolescentes em todo o país. Também aprovou emenda de R\$ 482 milhões para a Secretaria de Políticas para as Mulheres investir no atendimento a mulheres em situação de violência em todo o país.

Já a CAE aprovou quatro emendas à LOA: uma de R\$ 34 milhões para apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas (FGV); uma de R\$ 200 milhões e outra de R\$ 250 milhões para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa; e a última, no valor de R\$ 228,5 milhões, para o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Emendas ao Orçamento beneficiam transporte, energia e comunicação

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014 (PLN 9/2013) destinadas aos setores de transporte, energia e comunicações.

Também foi aprovada parcialmente emenda de remanejamento no valor de R\$ 403,6 milhões. O texto, relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ), segue agora para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Para o setor de transporte, foram apresentadas oito emendas, sendo que duas foram acatadas. Elas se destinarão à construção da Ferrovia Transcontinental e a melhorias no canal de navegação da Hidrovia do Rio Amazonas.

Para minas e energia, os parlamentares apresentaram dez emendas, com acatamento de uma por Dornelles, para atender às demandas por energia elétrica em localidades isoladas não supridas pela rede elétrica convencional. Já para o setor de comunicações foram 15 emendas, com aproveitamento de uma delas para fomento a conteúdos digitais criativos.

Seminário discute participação dos estados na Federação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove hoje, das 9h às 18h, o seminário O Estado e a Federação: crise e reformas. Entre os convidados estão o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

O evento é organizado em parceria com o Instituto de Direito Público (IDP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é discutir a perda de espaço dos estados na estrutura federativa. Após a abertura, haverá três debates sobre “Crise e desafios na Federação”, “Imposto sobre Valor Agregado e tributação na Federação” e “Estados nos regimes federativos”.

Também participam o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), e o especialista em economia do BID Fabiano Rodrigues Bastos. Ao final do evento, será lançado o livro *O Federalismo Brasileiro em seu Labirinto*, organizado pelo economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernando Rezende. O seminário acontecerá na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Agripino cobra votação de projeto sobre vinda do presidente do BNDES

José Agripino (DEM-RN) cobrou ontem a votação do projeto de resolução (PRS 11/2013) de autoria dele

que torna obrigatório o comparecimento do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, duas vezes por ano, para discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento da instituição. A matéria era o primeiro item da pauta da reunião da CAE ontem, mas foi retirada para reexame pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

Agripino disse que o BNDES tem forte presença no cenário econômico e, por isso, “sua ação precisa ficar transparente”. Para o senador, “nada melhor” para isso do que o comparecimento do dirigente à CAE, a fim de prestar os esclarecimentos necessários e debater as decisões com os senadores.

Suplicy registra aprovação da linha oficial de pobreza

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de projeto de

autoria dele que institui a linha oficial de pobreza. A proposta será votada, agora, pela Comissão de Direitos Humanos.

Suplicy explicou que a linha oficial de pobreza é, na prática, o rendimento anual mínimo que uma pessoa ou família precisa ter para comprar os bens necessários a uma vida digna. O projeto, disse o senador, determina ao governo a fixação de metas nacionais e regionais de redução do número de pessoas e famílias que vivem com valor menor que o fixado como linha oficial de pobreza.

— As administrações serão julgadas pelo seu sucesso ou falha na redução da pobreza medida oficialmente. A construção dessa linha fornecerá uma referência na análise da miséria no Brasil e na orientação de nossas políticas sociais — ressaltou.

Passagens aéreas: não há consenso sobre aumentos

Enquanto dados do IBGE indicam aumento de 146% acima da inflação entre 2005 e 2012, companhias e Secretaria de Aviação Civil afirmam que os preços caíram 46% entre 2004 e 2013

DEUMLADO, o consumidor reclama das oscilações nos preços das passagens aéreas, especialmente quando se aproximam as festas de fim de ano e as férias escolares. De outro, as empresas aéreas e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República garantem que o valor médio das tarifas caiu na última década. Esse choque de percepções marcou o debate sobre os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas em determinados períodos do ano, promovido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— A sociedade e o IBGE dizem que as tarifas estão subindo, e as companhias aéreas dizem que estão caindo. É preciso ter uma apuração mais precisa. Pouca concorrência com plena liberdade tarifária é o pior dos mundos — avaliou o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flavio Dino.

Segundo Dino, levantamento do IBGE revelou que as passagens aéreas subiram 146% acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 2005 e 2012. Em



O presidente da CAE, Lindbergh Farias (C) conduz debate com setor aéreo

contraposição, o diretor do Departamento de Políticas de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil, Ricardo Rocha, sustentou que houve redução de 46% nas tarifas aéreas entre 2004 e 2013.

O uso de metodologias de aferição distintas explicaria a disparidade entre os resultados, observou o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz.

— O que a Anac [Agência Nacional de Aviação Civil] apura é a passagem que foi vendida. O IBGE faz pesquisa de tendência, que pode não se confirmar — comentou Sanovicz.

O gerente de Análise Estatística e Acompanhamento

de Mercado da Anac, Cristian Vieira, creditou ao regime de liberdade tarifária, instituído em 2001, o estímulo à concorrência e a alegada “modicidade tarifária”. Segundo Vieira, a autonomia das empresas resultou ainda na inclusão de mais de 70 milhões de passageiros nos últimos dez anos.

Estrangeiros

Por outro lado, Ricardo Rocha considerou que o Congresso pode definir algumas medidas para aumentar a competitividade do setor, como derrubar restrições à atuação de empresas estrangeiras em rotas domésticas:

— A gente não vê motivo para que haja qualquer restrição ao capital estrangeiro.

Senadores duvidam de redução de tarifas e pedem abertura do setor

Os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Ana Amélia (PP-RS) duvidaram da alegada redução das tarifas do setor aéreo. Os parlamentares cobraram medidas para aumentar a competitividade e eficiência do setor, como a abertura da aviação doméstica à participação de empresas estrangeiras.

— O que está acontecendo na aviação brasileira? As empresas diminuem os espaços entre as poltronas; desligam o ar-condicionado quando o avião está em terra; tentam reduzir custos de qualquer maneira. Não vimos redução nenhuma de tarifa até hoje. Eu só vejo uma saída: abrir este mercado para as empresas estrangeiras e aumentar a concorrência — reagiu Cyro Miranda.

Na percepção do senador, o que mais irrita o consumidor é o súbito aumento de passagens.

Para Ana Amélia, Cyro Miranda expressou o sentimento de milhares de brasileiros. A parlamentar recordou projeto de lei dela limitando a multa por remarcação de passagem em 10% do valor original do bilhete. Mas comentou que a iniciativa foi rejeitada pela Agência Nacional de Aviação Civil.

— Por que cada companhia cobra o que bem entende? — indagou.

Regional

Por sua vez, Eduardo Braga disse que só admite a queda no preço das passagens nos locais com maior demanda e concorrência. Ele sugeriu duas medidas para barateamento dos bilhetes aéreos.

— Política de céu aberto (*open sky*) e participação do capital estrangeiro são os caminhos para baratear as passagens e ampliar a oferta de voos regionais.



Passageiros reclamam do aumento súbito de tarifas, apontam senadores

Francisco Dornelles comemorou leilão dos aeroportos



Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou o resultado do leilão dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Belo Horizonte. Ele ressaltou que o Galeão teve um lance de R\$19 bilhões, ou quase três vezes o

mínimo exigido no edital. Ele será gerido por uma empresa brasileira e os administradores do Aeroporto de Cingapura.

Já Confins será administrado por um consórcio entre uma companhia nacional e os gestores dos Aeroportos

de Zurique e Munique, que pagaram ágio de 66% sobre o mínimo exigido.

— É evidente a correção das decisões de universalização dos serviços básicos, como o de saúde e outros, que constam da rede de proteção social

estabelecida pela Constituição. Mas o desenvolvimento econômico do país, até para garantir a sustentação dessa rede de proteção social no futuro, demanda investimentos vultosos, em especial na área de infraestrutura — ressaltou.

Adiada análise de atualização de código

Alterações no relatório e preocupações com o superendividamento levaram ontem os senadores a adiar a votação da atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) na comissão temporária que analisa o assunto. Mudanças incluem a retirada de alguns poderes dos Institutos de Defesa do Consumidor (Procons) considerados excessivos.

Relator da matéria, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ajustou seu parecer sobre os Projetos de Lei do Senado 281/2012, 282/2012 e 283/2012 e acolheu 47 das 110 emendas oferecidas. Os senadores pediram vista coletiva e deverão analisar as alterações na próxima semana.

As três propostas foram apresentadas pelo senador



Ricardo Ferraço ajustou seu parecer, aproveitando 47 das 110 emendas

José Sarney (PMDB-AP) após trabalho de comissão de juristas criada para atualizar o CDC e tratam, respectivamente, do comércio eletrônico, da ação coletiva e do superendividamento. O presidente da comissão temporária, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afirmou

que, em relação aos dois primeiros, já há consenso. No entanto, o projeto que trata do superendividamento estaria preocupando o governo.

“Mínimo existencial”

Para Ferraço, ainda é preciso chegar a um consenso sobre o “limite mínimo existencial” no crédito consignado, descontado no contracheque.

— Os tribunais têm dito que o crédito que comprometa além de 30% do mínimo existencial da família brasileira deixa o consumidor bastante vulnerável — explicou Ferraço.

Em geral, entende-se por “mínimo existencial” os direitos sociais, econômicos e culturais previstos na Constituição, como alimentação, educação, habitação etc.

Wellington Dias festeja vitória da Chesf em leilão de energia eólica

Wellington Dias (PT-PI) comemorou a vitória da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) no leilão de energia eólica realizado em São Paulo, na semana passada. Segundo ele, a empresa obteve o direito de construir 12 parques eólicos no Nordeste, com capacidade total de 338 megawatts e investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões.

O senador informou que seis parques serão construídos no Piauí, nos municípios de Simões, Caldeirão Grande e Marcolândia. As novas usinas geradoras, em conjunto com outras sete usinas licitadas anteriormente, produzirão no estado 390 megawatts, energia suficiente para abastecer 1,2 milhão de casas populares.



Senador informa que seis parques eólicos serão construídos no Piauí

— A implantação dessas usinas de energia eólica no Piauí e em outros estados do Brasil, além de atender a demanda por mais energia elétrica, também pode transformar nosso país em referência mundial na geração de energia — afirmou.



Presidente do Senado (4º à dir.), ao lado de Vital do Rêgo, recebe grupo de estudantes e representantes do setor cultural

Renan: meia-entrada vai a Plenário na próxima terça

Aprovado ontem na Comissão de Educação, o projeto reserva 40% dos ingressos de eventos culturais e esportivos para o benefício, que será estendido a pessoas com deficiência e com mais de 60 anos

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que vai colocar o projeto que define regras para a concessão de meia-entrada nos eventos culturais e esportivos do país, aprovado ontem pela Comissão de Educação, como primeiro item da pauta do Plenário da próxima terça-feira.

O texto estabelece reserva máxima de 40% dos ingressos dos eventos para meia-entrada. O benefício, concedido a estudantes e jovens de baixa renda, será estendido para idosos e pessoas com deficiência e entrará em vigor em fevereiro de 2014.

— Com a votação dessa proposta vamos fechar o ano com uma grande agenda cultural promovida pelo Senado — disse Renan a um grupo de representantes estudantis e do setor de cultura, que veio pedir o apoio dele para a aprovação do projeto.

Participaram do encontro Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto, e Cyro Miranda (PSDB-GO).

— Vai ser uma vitória se tivermos esse presente de Natal do Congresso — defendeu Eduardo Barata, presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Renan Calheiros lembrou os avanços para a cultura aprovados na Casa, como a valorização da profissão dos vaqueiros e a PEC da Música, que isentou CDs e DVDs de impostos.

O PLS 188/2007 deve beneficiar estudantes regularmente matriculados, pessoas com deficiência e acompanhantes (quando necessário), pessoas com mais de 60 anos e jovens de 15 a 29 anos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e com renda familiar de até dois salários mínimos.

Câmara dos Deputados ampliou alcance

O projeto da meia-entrada (PLS 188/2007) é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto original, de autoria dos ex-senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns e não se aplica aos eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

No formato original, o projeto beneficiava apenas os estudantes e idosos. O substitutivo da Câmara incluiu as pessoas com deficiência e os jovens de baixa renda de 15 a 29 anos, independentemente de vinculação ao sistema educacional.

Requisitos

Para terem direito ao benefício, os estudantes devem

apresentar a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) emitida por entidades estudantis de cada segmento. Os idosos, por sua vez, terão que apresentar documento de identidade oficial, enquanto os jovens carentes deverão comprovar inscrição no CadÚnico.

A CIE deverá seguir modelo único e será emitida pelas entidades estudantis qualificadas em lei e, mediante certificação digital, pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e terá que ser renovada anualmente.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apenas Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) votou contra.

O parlamentar alegou que a questão já havia sido esgotada com a aprovação do Estatuto da Juventude e apontou um retrocesso em relação àquele texto, afirmando que o projeto atual assegura o monopólio na emissão das carteiras para a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para acabar com as dúvidas, Vital do Rêgo, relator na CE, assegurou que todos os diretórios centrais de estudantes e os centros e diretórios acadêmicos poderão emitir as carteiras. A UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) também emitirão as carteiras.

Avança isenção postal para livros enviados a bibliotecas

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de lei de autoria de Clésio Andrade (PMDB-MG, foto) que prevê isenção de tarifas postais para a remessa de livros e outros materiais às bibliotecas públicas.

Pela proposta (PLS 369/2012), a dispensa das tarifas postais valerá para bibliotecas previamente cadastradas.

Clésio argumenta que, além de serem em quantidade insuficiente, as bibliotecas estão mal distribuídas no território nacional e têm acervos limitados, tanto do ponto de vista quantitativo



quanto qualitativo. De acordo com o senador, a isenção das tarifas postais pode estimular pessoas e empresas a fazerem doações para mitigar a insuficiência dos acervos.

O relator da proposta, Inácio Arruda (PCdoB-CE), destacou que a isenção aumentará o acesso ao conhecimento e à cultura.

Uma vez transformado em lei, o projeto beneficiará bibliotecas municipais, estaduais e federais. O texto, que altera a lei que trata dos serviços postais (Lei 6.538/1978), seguirá agora para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Plano Nacional de Educação deve ser votado hoje em comissão

O relatório de Alvaro Dias (PSDB-PR, foto) sobre o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012) será votado hoje.

Para atender pedido dos líderes, o relator e o presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), decidiram adiar a votação, ontem, permitindo que os parlamentares



tivessem mais tempo de avaliar as mudanças feitas no texto.

Segundo Alvaro, foram recebidas 92 emendas, 44 delas acatadas total ou parcialmente. Na avaliação do senador, as mudanças não foram significativas, mas seria necessário mais tempo para que os outros senadores se inteirassem do relatório.

Jarbas Vasconcelos lamenta morte de artista pernambucano

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lamentou a morte de Gilvan Samico, um dos maiores gravuristas do país. Ele sofria de câncer na bexiga e morreu em Recife, mesma cidade onde nasceu, em 1928.

O senador encaminhou requerimento de voto de pesar pela morte do gravurista, que tem obras no Museu de Arte Moderna de Nova York,



foi premiado na Bienal de Veneza e recebeu a Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República.

Jarbas salientou que Samico produziu xilogravuras inovadoras, inspiradas no estilo dos artistas populares do Nordeste.

— Ele tinha um estilo único, que carrega a marca do gênio e do mestre que, com certeza, influenciará novas gerações — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Membros frisam papel pedagógico de comissão

Em audiência pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, integrantes da Comissão Nacional da Verdade afirmaram que recontar a história é fortalecer a democracia

TRÊS INTEGRANTES DA Comissão Nacional da Verdade afirmaram ontem que a principal preocupação do grupo, atualmente, é recontar a história do país de forma transparente e pedagógica e, assim, colaborar para a construção de um sistema amplamente democrático. A afirmação foi feita durante audiência da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

O advogado José Carlos Dias explicou que a responsabilidade da comissão de recontar os fatos se dá, principalmente, em razão dos jovens, que ouviram falar do golpe militar, mas não presenciaram a violência da ditadura no país.

— É um compromisso nosso com a democracia. Temos que indicar aqueles que fizeram com que todo esse processo de violência se desencadeasse. Temos os mortos e desaparecidos que clamam pelo direito de serem respeitados perante a história — disse.



José Carlos Dias, Pedro Dallari, João Capiberibe e Rosa Maria Cardoso na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça

João Capiberibe (PSB-AP), que preside a subcomissão da CDH, explicou que ainda persistem grandes dificuldades na construção da democracia no país, já que o Brasil é uma nação conservadora que se prende a estruturas injustas. O senador lembrou que o país foi o último a libertar os escravos, o único da América Latina a não fazer reforma agrária e que ainda protege os que torturaram e assassinaram durante a ditadura.

O vice-presidente da

subcomissão, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), disse que o resultado dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade vai representar a conclusão da “longuíssima transição democrática brasileira”. O senador afirmou que quando um país perde a memória histórica, volta a cometer os erros do passado.

Grupos de trabalho

Criada pela Lei 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade foi instituída em maio

de 2012 e, desde então, vem apurando as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha explicou que a comissão é dividida em grupos de trabalho que apuram temas específicos: Golpe de 64, Estrutura de Repressão e Ditadura, Sistema de Justiça e O Estado Ditatorial-Militar.

Rosa Maria explicou que, além das reuniões dos grupos, a comissão considerou

fundamental, ao longo do trabalho, tomar depoimentos de vítimas e violadores e realizar audiências públicas. A advogada ressaltou a importância dos encontros realizados com outras comissões estaduais e municipais da Verdade e considerou imprescindível o ajustamento desses trabalhos à moderna visão de verdade e de democracia.

O advogado e professor Pedro Dallari disse que um dos objetivos da Comissão da Verdade é colaborar para que o trabalho de mobilização da sociedade brasileira se prolongue além da duração do colegiado e informou que o grupo solicitou uma prorrogação dos trabalhos, que deveriam se encerrar em maio de 2014, para que o relatório final não seja elaborado às pressas.

— A comissão tem muita clareza da expectativa de toda a sociedade de que se consiga efetuar um amplo trabalho de sistematização do quadro de graves violações aos direitos humanos que prevaleceu no país ao longo das últimas décadas — disse.

Aprovado em Plenário, aumento do efetivo do Exército vai a sanção

O efetivo do Exército brasileiro poderá ter quase 30 mil novos integrantes. O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 101/2013) que aumenta o número de oficiais, sargentos e subtenentes do Exército em tempos de paz.

Desde 1983 não há alteração no número de oficiais. Ao apresentar a proposta, o ministro da Defesa, Celso Amorim, argumentou ser preciso aumentar os efetivos porque “a consolidação da democracia no país e a institucionalização de políticas e projetos estratégicos mudaram o perfil da defesa nacional”.

A proposta segue agora para a sanção presidencial.

Avança projeto que preserva direitos do preso em flagrante

No prazo de 24 horas após a prisão em flagrante, o preso deverá ser conduzido ao juiz, para que seja verificado se estão sendo respeitados os direitos fundamentais. A providência é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 554/2011) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o texto, nessa audiência o juiz deverá tomar as medidas cabíveis para preservar os direitos do preso. A oitiva não poderá ser usada como meio de prova contra o depoente e se destina exclusivamente à verificação da legalidade e da necessidade da prisão, à prevenção da ocorrência de tortura e maus-tratos



Gerardo Magela/Agência Senado

e à preservação dos direitos do preso.

O projeto determina que a audiência se dará na presença do advogado do preso ou de defensor público. É obrigatória ainda a presença de integrante do Ministério Público.

De autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposição teve emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O relator na CAE, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), manifestou-se favorável à proposta, na forma do substitutivo da CDH, elaborado por João Capiberibe (PSB-AP). O projeto seguirá para decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Estrutura da polícia militar é tema de audiência hoje

A Comissão Especial de Segurança Pública retoma hoje, às 14h30, o debate sobre a estrutura da polícia, dessa vez reunindo representantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros. Na última quarta-feira, representantes da polícia civil cobraram mais autonomia orçamentária e administrativa para o setor e condenaram a falta de integração das polícias.

Um novo desenho para a segurança pública é objetivo de uma das propostas de emenda à Constituição (PEC 51/2013) em análise pela comissão. Apresentada por Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta prevê, entre outras medidas, a desmilitarização das polícias.

Mozarildo Cavalcanti aponta caos nos presídios de Roraima

A situação caótica no sistema prisional de Roraima foi denunciada ontem por Mozarildo



Lia de Paula/Agência Senado

Cavalcanti (PTB-RR). Para ele, o governo do estado precisa adotar medidas para que os presos possam cumprir as penas com dignidade.

— Quero denunciar à Casa, inclusive vou fazer expediente à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público Estadual e Federal, porque estamos realmente no caos — disse, mencionando que o PCC pode estar atuando nas penitenciárias de Roraima.

Votação sobre arbitragem e mediação será na próxima semana

Na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os senadores fizeram pedido de vista coletivo para os projetos em pauta.

O primeiro trata de mediação. Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentou substitutivo às três propostas (PLSs 517, de 2011, e 405 e 434, de 2013) que tramitam em conjunto e regulamentam o uso da mediação

para solução consensual de conflitos, de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Pimentel (PT-CE).

No texto, Vital do Rêgo combinou as ideias dos três projetos com ajustes para tornar a mediação de conflitos mais ágil e eficaz. Para o senador, a medida está sendo “adotada tardiamente” em relação a outros países

que já avançaram na matéria.

Outro projeto, de iniciativa de Renan Calheiros, regula o instituto da arbitragem como mais uma opção à solução de conflitos (PLS 406/2013). O texto propõe alteração da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996) para que seja atualizada em sintonia com “a crescente participação do Brasil no cenário econômico internacional”.

O terceiro item foi o substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ao projeto de lei de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que estabelece o marco legal das organizações da sociedade civil (PLS 649/2011).

Entre os principais pontos do substitutivo, estão a definição do tipo de parceria a ser celebrada com a distinção entre termo de colaboração e termo de fomento e a

apresentação de propostas inovadoras a serem fomentadas pelo Estado com a criação do procedimento de manifestação de interesse social.

Foi apontada por Ana Rita (PT-ES) como “muito rigorosa” a exigência de “capacidade instalada” das organizações. Pedro Taques (PDT-MT) questionou a imposição de algumas sanções previstas no texto.

Indicados pela Presidência da República foram sabatinados no final de outubro e tiveram os nomes aprovados pelo Plenário para embaixadas na Sérvia, no Chipre e no Kuwait e Barein



Diplomatas Sergio Luiz Canaes, Muniz Acquarone e Antonio Carlos Pedro vão responder por embaixadas brasileiras

Plenário aprova três novos embaixadores do Brasil

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três indicações da presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil. Os indicados já haviam sido aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) em 31 de outubro.

Sergio Luiz Canaes será o novo embaixador do Brasil na Sérvia, cargo que vai acumular com a representação brasileira em Montenegro. Durante a sabatina na CRE, Canaes informou que começam em janeiro de 2014 as negociações para a adesão da Sérvia à União Europeia. Segundo

o diplomata, isso deverá significar estímulo à economia sérvia, que ainda está sob forte influência estatal.

Outro nome aprovado foi o de Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, indicado para a embaixada do Brasil no Chipre. Na sabatina da CRE, Acquarone Filho informou que está para ocorrer uma nova rodada de negociações políticas entre as duas principais comunidades do país — os greco-cipriotas e os turco-cipriotas. O Chipre entrou na União Europeia em 2004, mas ainda não conseguiu promover

um acordo definitivo entre os dois grupos étnicos do país.

O Senado aprovou ainda a indicação do diplomata Antonio Carlos do Nascimento Pedro para o cargo de embaixador do Brasil no Kuwait, cumulativamente com a representação brasileira no Barein. Durante o exame na comissão, Pedro disse que o Kuwait está atravessando um período de transição. Ele acrescentou que uma recente missão brasileira levantou oportunidades em megaprojetos, no agronegócio, em produtos manufaturados e na moda.

Ana Amélia pede socorro para indústria gaúcha de calçados



Marcos Oliveira/Agência Senado

A senadora Ana Amélia (PP-RS) apresentou ontem, em Plenário, um “pedido de socorro” para os produtores de calçados do Rio Grande do Sul, que vêm

sofrendo grandes prejuízos pelo bloqueio ao ingresso na Argentina de 750 mil pares de calçados fabricados no estado. Ela pediu o apoio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, aos industriais gaúchos.

— Há 750 mil pares de calçados que não conseguem vencer a barreira da fronteira para entrar na Argentina. São sapatos que foram comprados pelos lojistas da Argentina, mas não conseguem atravessar a fronteira pela política de restrição que o governo argentino, da presidente Cristina Kirchner, está impondo nessa relação. Só uma atitude do governo federal pode romper essa barreira — alertou Ana Amélia.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a retenção dos calçados na fronteira já causou prejuízos de US\$ 13 milhões aos produtores brasileiros.

Paim cobra ação do governo contra bloqueio argentino



Marcos Oliveira/Agência Senado

A barreira imposta pelo governo argentino aos produtos do setor calçadista brasileiro será tratada em reunião de empresários com o governo

hoje, anunciou em Plenário o senador Paulo Paim (PT-RS).

O país vizinho tem desrespeitado acordos comerciais, prejudicando os empresários brasileiros. Paim salientou que a indústria do Rio Grande do Sul deixou de exportar para a Argentina 1 milhão de pares de calçados, que são barrados na fronteira. Além disso, alertou Paulo Paim, o bloqueio pode causar demissão de trabalhadores.

— Espero que a gente encontre assim uma saída rápida, objetiva, para essa questão tão importante que interessa a todos nós — afirmou ontem.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), alguns calçados estão parados na fronteira desde julho, quando o prazo máximo para a liberação de mercadorias, estipulado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), é de 60 dias.

Pedro Taques espera cumprimento de sanção aos EUA



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Taques (PDT-MT) disse que o governo brasileiro deve anunciar hoje as medidas a serem tomadas pelo país para que os Estados

Unidos cumpram decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorável aos produtores brasileiros de algodão.

Em 2010, a OMC obrigou os Estados Unidos a pagar aos brasileiros a quantia mensal de US\$ 12 milhões por causa de incentivos ilegais aos produtores norte-americanos. No entanto, há três meses, os norte-americanos não pagam a pena imposta, lamentou Pedro Taques.

— Milhões de dólares foram gastos pelos produtores de algodão do Brasil, desde 2002, com advogados, economistas e negociadores para combater os subsídios ilegais norte-americanos na OMC. A vitória brasileira no caso do algodão fez o país ser reconhecido mundialmente como uma referência de excelência no que diz respeito aos contenciosos em comércio internacional — lembrou o senador.

Aloysio Nunes repudia menção a seu nome no caso da Siemens



Moreira Mariz/Agência Senado

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou indignação ontem à menção de seu nome nas notícias relacionadas a um esquema

de irregularidades no fornecimento de trens em seu estado. Em carta entregue ao deputado licenciado do PT paulista Simão Pedro, o ex-executivo da Siemens Everton Rheinheimer listou políticos com quem o lobista Arthur Teixeira, supostamente responsável pelo pagamento de propinas, teria mantido contato. A carta de Rheinheimer foi encaminhada ao Ministério da Justiça, que deu início a investigações pela Polícia Federal.

Aloysio Nunes ressaltou que não está sendo acusado de nada, negou relações com lobistas e declarou-se vítima de denúncia de conteúdo falso com objetivos políticos.

— É este papel desmoralizado, desmentido, falso que foi utilizado para me enxovalhar, assim como enxovalhar a vários políticos do meu partido e de outros partidos. Agora, eu não tenho como me defender, mesmo porque não fui acusado de nada — declarou.

Avança debate de duas propostas de emenda à Constituição

Foi realizada ontem, em Plenário, a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 57A/1999). Também foi realizada a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 34/2013, que dificulta a criação ou extinção de estatais, ministérios e demais órgãos públicos por parte do Poder Executivo.

A PEC do Trabalho Escravo permite a expropriação de terras em que se constate a existência de trabalhadores em regime de escravidão. A proposta altera o artigo 243 da Constituição para determinar que as propriedades rurais e urbanas onde for descoberta a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária

ou a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário. Também determina a mesma punição se forem descobertas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Já a PEC 34/2013, de autoria do senador José Agripino (DEM-RN), estipula um número maior de votos favoráveis na Câmara e no Senado para a aprovação de projetos que criem repartições públicas.

A proposta altera dois artigos da Constituição (artigos 37 e 88) para que órgãos públicos só possam ser instituídos por lei complementar, e não mais em lei ordinária, como atualmente. Para ser aprovado, um projeto de lei complementar exige maioria absoluta, ou seja, 41 votos no Senado e 257 na Câmara.



MP7/DIVULGAÇÃO

Resgate de trabalhadores em condições de escravos: PEC autoriza desapropriação